



Eixo Temático

1. Educação no Campo e Movimentos Sociais

Título

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES: O PRONERA E O CEGEO

Autor

Rodrigo Simão Camacho

Instituição

Faculdade Intercultural Indígena (FAIND)
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

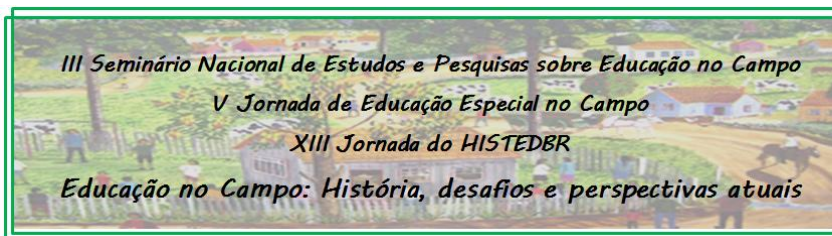
E-mail:

rogeo@ymail.com

Resumo

O marco inicial na história da Educação do Campo é quando, em 1997, o MST realizou, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária). O tema central era “Com escola, terra e dignidade”. O segundo marco histórico da Educação do Campo foi a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Foram mil participantes reunidos em Luziânia-GO, de 27 a 31 de julho de 1998, que formou a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. O tema políticas públicas foi central na II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, quando se consolida com a expressão *Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado*. A primeira conquista da Educação do Campo, enquanto política pública, foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (MOLINA, 2012). O Manual de Operações do PRONERA, diz que o PRONERA é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Seu objetivo é fortalecer o campo enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e étnicas. O Programa nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais camponeses (BRASIL, 2011). Os movimentos sociais são formados a partir de ações sociopolíticas construídas por sujeitos sociais coletivos pertencentes a diferentes classes articuladas a determinada conjuntura socioeconômica e política de um país (GOHN, 1997). Temos muitos movimentos emergentes

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



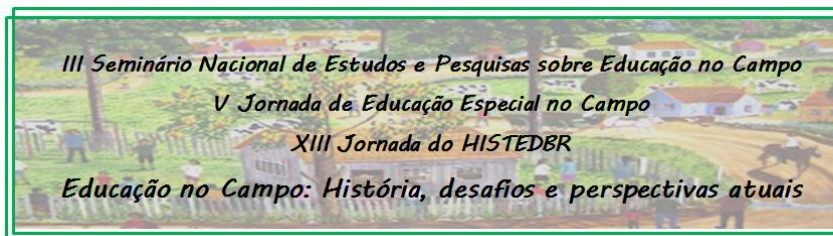
importantes. Estamos vivendo um período histórico de mobilizações onde múltiplos povos se apresentam à cena política: populações camponesas, indígenas, quilombolas, movimento de mulheres, do meio ambiente etc. O fator predominante para o aumento desses movimentos sociais são as próprias estruturas capitalistas historicamente existentes. Estas acarretam, conseqüentemente, uma luta por mudanças, seja pelo acesso a terra ou por melhores condições de trabalho e vida. O Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo) é um curso construído junto com os militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses, estabelecendo-se uma relação entre Universidade, Movimentos Sociais e Estado. Foi organizado a partir de uma parceria construída entre a *Via Campesina* – Brasil; a Escola Nacional Florestan Fernandes – *ENFF*; a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – *UNESP - Campus* de Presidente Prudente; o Ministério do Desenvolvimento Agrário – *MDA* e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – *INCRA* por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – *PRONERA*. Os estudantes eram oriundos dos seguintes movimentos sociais ligados a Via Campesina: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) e PJR (Pastoral da Juventude Rural), RACEFFAES (Rede de Amigos e Colaboradores das Escolas Família Agrícola do Espírito Santo), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo), EDUCAFRO (Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes) e o MCP (Movimento Consulta Popular).

Texto Completo

O marco inicial na história da Educação do Campo é quando, em 1997, o MST realizou, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária). O tema central era “Com escola, terra e dignidade”. O segundo marco histórico da Educação do Campo foi a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. Foram mil participantes reunidos em Luziânia-GO, de 27 a 31 de julho de 1998, que formou a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo.

O tema políticas públicas foi central na II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, quando se consolida com a expressão *Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado*. A primeira conquista da Educação do Campo, enquanto política pública, foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) (MOLINA, 2012).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



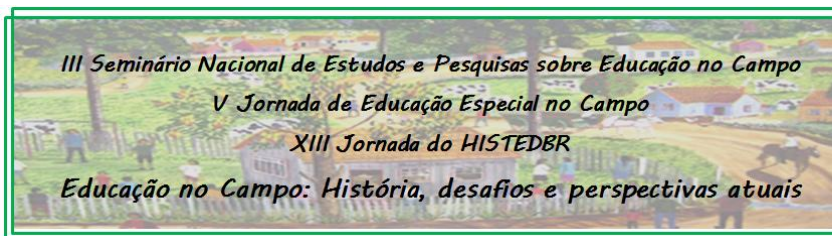
O Manual de Operações do PRONERA, diz que o PRONERA é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida nas áreas de Reforma Agrária. Seu objetivo é fortalecer o campo enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e étnicas. O Programa nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais camponeses (BRASIL, 2011).

Os movimentos sociais são formados a partir de ações sociopolíticas construídas por sujeitos sociais coletivos pertencentes a diferentes classes articuladas a determinada conjuntura socioeconômica e política de um país (GOHN, 1997). Temos muitos movimentos emergentes importantes. Estamos vivendo um período histórico de mobilizações onde múltiplos povos se apresentam à cena política: populações camponesas, indígenas, quilombolas, movimento de mulheres, do meio ambiente etc. O fator predominante para o aumento desses movimentos sociais são as próprias estruturas capitalistas historicamente existentes. Estas acarretam, conseqüentemente, uma luta por mudanças, seja pelo acesso a terra ou por melhores condições de trabalho e vida.

O Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo) é um curso construído junto com os militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses, estabelecendo-se uma relação entre Universidade, Movimentos Sociais e Estado. Foi organizado a partir de uma parceria construída entre a *Via Campesina* – Brasil; a Escola Nacional Florestan Fernandes – *ENFF*; a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – *UNESP* - *Campus* de Presidente Prudente; o Ministério do Desenvolvimento Agrário – *MDA* e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – *INCRA* por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – *PRONERA*.

Os estudantes eram oriundos dos seguintes movimentos sociais ligados a Via Campesina: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) e PJR (Pastoral da Juventude Rural), RACEFFAES (Rede de Amigos e Colaboradores das Escolas Família Agrícola do Espírito Santo), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo), EDUCAFRO (Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes) e o MCP (Movimento Consulta Popular).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



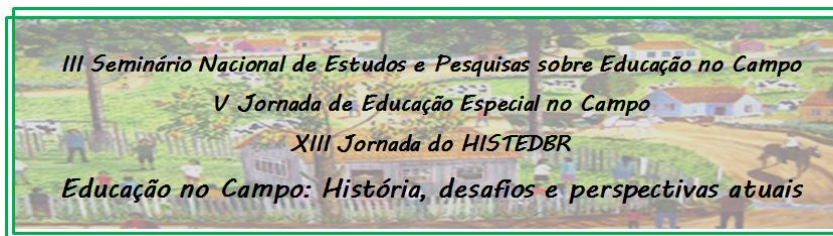
Com relação à metodologia, entre 2010 e 2011, na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), entrevistamos - utilizando a metodologia das fontes orais com questionário semi-estruturado - os sujeitos envolvidos no processo de funcionamento do curso: educadores-professores, educandos, coordenadores do curso, monitores etc. Entrevistamos nos trabalhos de campo, 41 estudantes do total de 46 formandos.

Os Movimentos Socioterritoriais Camponeses

Para conceituar os movimentos sociais vamos utilizar a definição de Maria da Glória Gohn, que afirma que os movimentos sociais são “[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. (1997, p. 251). Suas ações se estruturam a partir de conflitos e disputas na sociedade. Estas ações criam uma identidade coletiva de interesses político-cultural comuns ao grupo organizado em espaços não-institucionalizados. Estes sujeitos interferem de maneira direta nas transformações ou na manutenção da ordem vigente dependendo da ideologia que seguem: progressista ou reacionária. A categoria central que explica a existência dos movimentos sociais é a luta social. Esta luta é sempre pela conquista de algo ou pela resistência às mudanças que os atingem. Os movimentos sociais podem ser construídos pelas classes dominantes ou pelas classes subalternas. Estas últimas sempre produziram mais lutas sociais do que as primeiras. A luta das classes dominantes tem por objetivo impor o ponto de vista de uma minoria (ideologia das classes dominantes) para toda a sociedade (GOHN, 1997; CAMACHO, 2014).

De maneira geral, existem 05 categorias principais de movimentos sociais: 1ª - Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que a apoia ou abriga seus mandatários; 2ª - Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor; 3ª - Movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais; 4ª – Movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



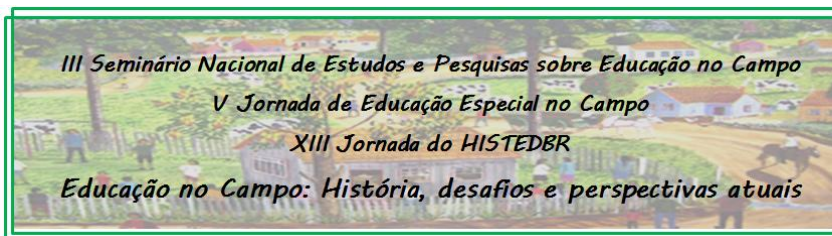
das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.); 5ª - Movimentos sociais construídos a partir de ideologias (GOHN, 1997).

Com o avanço da democracia no Brasil e na América Latina, os movimentos sociais populares (das classes subalternas) tornaram-se mais abertos e diluídos. Atualmente, temos muitos movimentos emergentes importantes. Estamos vivendo um período histórico de mobilizações onde múltiplos povos e culturas se apresentam à cena política: populações camponesas, indígenas ou comunidades negras, além do movimento de mulheres e em defesa do meio ambiente (PORTO-GONÇALVES, 2002; CASALDÁLIGA, 2004). Estas lutas, também, mesclam-se e são resignificadas, como é o caso o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil que incorporou em suas lutas de modo próprio a perspectiva socioambiental (PORTO-GONÇALVES, 2002).

Neste período histórico devemos estar atentos à evolução desses *novos movimentos sociais* que aparecem cada vez mais fortes no cenário político mundial e, principalmente, na América Latina, reivindicando direitos e exigindo mudanças. Estes movimentos por meio de novas práticas vão estabelecendo condições que propiciam aos indivíduos se tornarem sujeitos de sua própria história. Eles surgem como novos atores do cenário político e encontraram na sociedade civil o melhor local de fazer política. Vem demonstrando uma enorme capacidade de organização autônoma e de questionamento das estruturas dominantes vigentes, vislumbrando a potencialidade de conduzir às transformações sociais e radicalizando o processo democrático, tendo como objetivos principais a serem alcançados: a identidade/autonomia/emancipação (LISBOA, 1988; CAMACHO, 2008; 2014).

Mesmo que estes novos movimentos sociais não retirem a importância da necessidade de construção de uma consciência de classe e da ruptura desse modelo no embate contra o capital, enxergam a possibilidade de existência de relações de opressão que vão além da unidimensionalidade do embate clássico de assalariados *versus* capitalistas. É uma análise da realidade que não se faz pelo viés do marxismo ortodoxo. Estes movimentos construíram novas relações com o marxismo, inclusive incorporando a religiosidade como característica cultural de resistência à opressão capitalista. Como é o caso da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que faz uma leitura do cristianismo a partir da teologia da libertação, e luta ao lado do

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

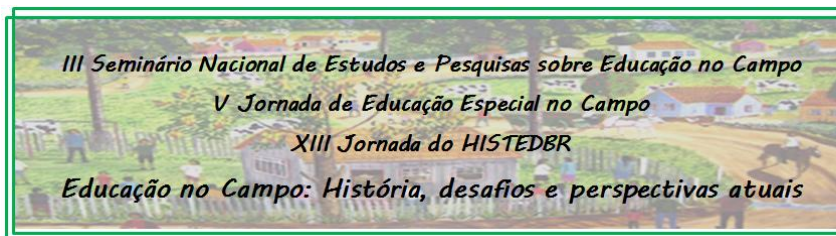


MST e de outros movimentos sociais do campo pela Reforma Agrária. Isto é possível porque os mesmos tem na radicalização do processo democrático uma meta a ser atingida (LISBOA, 1988; CAMACHO, 2008; 2014).

Em se tratando especificamente dos movimentos sociais camponeses, o fator predominante para o aumento desses movimentos sociais, nas últimas décadas, são as próprias estruturas capitalistas historicamente excludentes. Estas, acarretam, conseqüentemente, uma luta por mudanças, seja pelo acesso a terra ou por melhores condições de trabalho. Lutas e reivindicações que possuem um caráter historicamente classista no campo brasileiro (CAMACHO, 2008). Tivemos lutas que marcaram as contradições de classe no campo brasileiro em diferentes épocas. Podemos sintetizá-las historicamente da seguinte maneira: Quilombos, Canudos, Contestado, Trombas, Formosa, Porecatu, movimentos grevistas nas fazendas paulistas de café, as Ligas camponesas e, atualmente, o MST. Das lutas no campo destaca-se, anteriormente ao MST, o Movimento das Ligas Camponesas, que ocorreu no nordeste brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, e pode ser considerada como a primeira forma mais ampla de movimento social do campo. As ligas camponesas lutavam contra o processo de expropriação e de exploração por parte dos latifundiários, principalmente, da Zona da Mata nordestina (OLIVEIRA, 1999; CAMACHO, 2008; 2014).

Podemos dizer que o maior movimento social do campo brasileiro, hoje, é o MST. Este movimento social que nasce na década de 1980, no Rio Grande do Sul, luta pelo direito de acesso a terra por meio de ocupações nos latifúndios improdutivos, em forma de acampamentos, e luta também pela permanência na terra conquistada nos assentamentos. Nos acampamentos, o MST pressiona o governo para fazer a reforma agrária. Além disso, se utilizam de caminhadas até as capitais e de ocupações de repartições públicas, como o INCRA, numa forma de pressão ao governo. Sua maior atuação é no Centro-Sul do Brasil. Com relação à luta pela permanência na terra, após a conquista dos assentamentos, sua essência está na compreensão de que a luta não termina. No assentamento inicia-se a luta pela construção de cooperativas e de associação de produtores rurais, a fim de que consigam resistir enquanto camponeses no modo capitalista de produção, que busca sempre expropriá-los. O MST significa tanto a luta pela conquista da terra, como a luta pela resistência a

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



reprodução do campesinato enquanto classe. Este é um marco de luta política para o Brasil e, de maneira geral, para a América Latina. Atualmente no Brasil a discussão acerca da reforma agrária passa, necessariamente, pela ação do MST. Ao contrário do que prega a ideologia dominante, a reforma agrária sem luta nunca foi possível no Brasil, daí a importância dos movimentos sociais neste sentido (OLIVEIRA, 1999; CAMACHO, 2008; 2014).

O MST é o maior movimento que integra a Via Campesina. A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem-terra, mulheres de agricultores, povos indígenas, migrantes e trabalhadores rurais de todo o mundo. Este movimento defende a agricultura sustentável de pequena escala, como forma de promover a justiça social e a dignidade. Ele se opõe a agricultura de empresas transnacionais que estão destruindo as pessoas e a natureza (agronegócio). A Via Campesina é composta por cerca de 150 organizações locais e nacionais em 70 países da África, Ásia, Europa e Américas. Ao todo, ele representa cerca de 200 milhões de agricultores. É um movimento autônomo, pluralista e multicultural, independente. Ela foi fundada em 1993 em Mons, na Bélgica. Naquela época, as organizações de agricultores de pequena escala também queriam ter sua voz ouvida e participar diretamente nas decisões que afetavam suas vidas (VIA CAMPESINA, 2013, tradução nossa).

Este é um período da constituição de novos sujeitos sociais (mecanismos de reivindicação, discurso e formas de organização voltadas para luta pelo território e pela expansão do mesmo, do território para além da terra). O caso brasileiro remete ao aumento das disputas territoriais, da violência dos ruralistas contra os camponeses. A identidade de luta não é contra um novo inimigo, mas é, na verdade, as metamorfoses dos territórios capitalistas que se expandem com o discurso ideológico do moderno agronegócio. É necessário entendermos que esses movimentos possuem novas maneiras de se movimentar e lutar pelo território (CAMACHO; CUBAS, 2011).

Nesta perspectiva, segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005), o conceito de *movimentos socioterritoriais* está relacionado com a necessidade de produção de uma *teoria geográfica* para o estudo dos *movimentos sociais*. Tendo em vista que a sociologia não discute os processos de *produção/construção/transformação dos territórios* gerada pelos

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



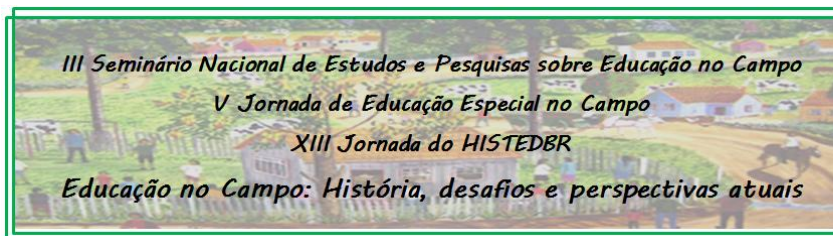
movimentos sociais, bem como a *destruição de territórios capitalistas* conseguida pela a ação dos movimentos sociais. Esses movimentos sociais produzem espaços sociais e transformam espaços em territórios. Entretanto, o autor faz questão de frisar que não estamos querendo criar, com a consolidação desse conceito, uma dicotomia entre os conceitos de movimentos sociais e de movimentos socioespaciais/socioterritoriais. Nem mesmo indicar a existência de dois sujeitos coletivos distintos. Na verdade, os dois conceitos dizem respeito aos mesmos sujeitos, o que muda, então, é apenas o olhar específico da ciência geográfica sobre o mesmo. Já que *o movimento social é uma categoria criada pela sociologia*, o que podemos fazer é transformá-lo num *conceito geográfico*. Podemos transformar uma categoria da sociologia num conceito geográfico a partir do momento em que esta não responde a indagação pertinente ao nosso objeto de estudo. Necessitamos, então, buscar explicações que sejam resolvidas pela ciência geográfica. Em nosso caso a pergunta geográfica é: como ocorre o processo de *produção dos territórios pelos movimentos sociais?*

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, podemos nomear de movimentos socioterritoriais aqueles movimentos que tem o *território como trunfo* e, principalmente, quando o *território é essencial para a reprodução material e simbólica* dos sujeitos que estão lutando. Porque “[...] *os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência.* [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 21, grifo nosso). Como é o caso, no campo, dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. que não se reproduzem, enquanto classe ou grupo social, sem o seu território.

A Universidade, o Pronera e os Movimentos Socioterritoriais Camponeses: Diálogos e Tensionamentos

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas a partir do PRONERA permitem que visualizemos duas características principais: a primeira é o *protagonismo dos movimentos sociais na elaboração de uma política pública* que visa à construção de uma nova visão sobre o campo e a segunda é a *produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses* (MOLINA, 2004). Isto é que Roseli Salette Caldart

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



(2004) tem denominado de o movimento social enquanto *sujeito educativo* ou *sujeito pedagógico*. Corroborando neste sentido, o educando-militante Mrc vai dizer que...

Os movimentos sociais também são produtores de conhecimento, e boa parte do que é pesquisado hoje na universidade é referente aos movimentos sociais [...]. O *Movimento por si só ele é um grande Movimento irradiador de uma espécie de educação popular, seja na alfabetização pura e simples mesmo, ou seja, na interpretação, na leitura do mundo diferenciada, no engajamento político, em questões sociais*. Não é só o estudo formal, em sala de aula, mas o Movimento proporciona espaços de formação, de encontros, de reuniões, que acabam sendo processos formativos e informativos de educação também, né (UNESP, Jan. 2011).

De acordo com Mônica Castagna Molina (2004), outra grande contribuição do PRONERA tem sido o fato de que as práticas pedagógicas que estão sendo desenvolvidas com o apoio do PRONERA possibilitaram a reinserção do campo na agenda de *pesquisa das universidades públicas brasileiras*. Existem dezenas de trabalhos que estão sendo desenvolvidos no Brasil inteiro sobre as práticas educativas que estão sendo executadas pelo PRONERA. Práticas envolvendo estudantes-camponeses, professores-camponeses e os institutos e universidades conveniadas. Dentre estes trabalhos, incluem-se iniciações científicas, dissertações e teses em diversas áreas do conhecimento.

De maneira dialética, portanto, ao mesmo tempo em que a luta dos movimentos camponeses inseriu o PRONERA na universidade, tendo como proposta a construção de um outro modelo de desenvolvimento, por sua vez, a universidade, por meio de sua produção do conhecimento formal, auxilia para pensarmos o papel do campo na construção desse outro modelo de desenvolvimento para a sociedade. A contribuição da produção acadêmica neste sentido se dá por meio da geração de informações relacionadas com o debate que apontem a intencionalidade teórica-política-ideológica a favor dos movimentos camponeses.

A universidade, enquanto representação de uma instituição estatal, é a materialização de um território em disputa entre as classes sociais. A relação dos movimentos sociais com professores-educadores comprometidos com a transformação social tem permitido a efetivação da Educação do Campo no nível superior. A primeira consideração que nasce dessa



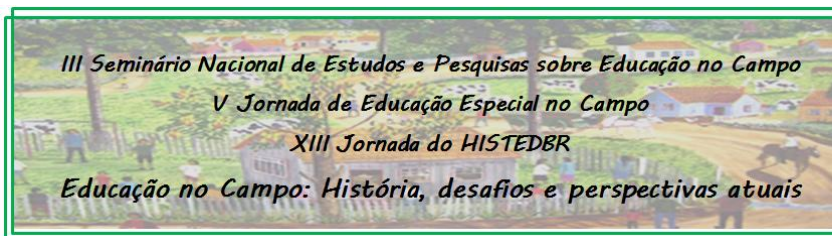
relação é a transformação do conhecimento que a universidade produz, redimensionando-o na perspectiva do atendimento das necessidades concretas dos sujeitos sociais e da superação do capitalismo (MICHELLOTTI *et al.*, 2010; CAMACHO, 2014) .

O PRONERA é a demonstração de que somente se desenvolve políticas públicas inclusivas e socialmente justas se referenciadas pelos movimentos sociais. A Educação do Campo está se concretizando como um espaço da luta social construindo um conhecimento emancipatório *elaborado coletivamente no conflito* (tensionamentos) *e no diálogo* (JESUS, 2004; CAMACHO, 2014). Esta realidade social vivida e construída pelos sujeitos coletivos possibilita um fazer científico com sentido político transformador, tanto para a academia quanto para o Movimento Social (SOUZA; BELTRAME, 2010). Neste sentido, para Mônica Castagna Molina (2004), a Educação do Campo significa a conquista de um novo espaço de *produção de conhecimento alternativo ao modelo hegemônico*, propiciando a *construção de um novo paradigma de produção do conhecimento*. Nos cursos de graduação do PRONERA, existe uma relação direta entre a universidade e os movimentos sociais. Pois, a perspectiva do programa é que os movimentos sociais participem na concepção, execução e avaliação dos projetos. É neste contexto que ocorrem os tensionamentos entre os movimentos sociais e a universidade. Estes tensionamentos fazem parte do processo de modificação tanto da universidade quanto dos movimentos sociais (MOLINA, 2004).

Com relação ao CEGeo, o professor-orientador e supervisor Clifford Andrew Welch, em uma entrevista concedida em setembro de 2011, afirma que esta parceria Universidade-Movimentos foi conquistada com tensionamentos desde início para que o curso fosse implantado devido à resistência encontrada dentro da instituição para que o curso fosse aprovado. Depois, tiveram que superar a dificuldade de infra-estrutura para abrigar os estudantes durante o período de férias.

Dessa relação de tensionamentos estabelecidos entre os movimentos sociais e a universidade têm surgido resultados significativos para o processo de construção do conhecimento. Quando os movimentos sociais se relacionam com a universidade, estes trazem uma outra lógica de se relacionar com o saber. Esta forma de conhecimento crítico intrinsecamente ligado à realidade ajuda a construir uma postura teórica-política-ideológica

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



comprometida com a transformação social. Ao contrário da forma de produção de conhecimento que impera na academia baseado num aprofundamento de um saber técnico e neutro, desvinculado com a realidade e descomprometido política-ideologicamente com a superação das relações de dominação existentes. Os movimentos sociais trazem para a universidade a formação de valores necessários para a ruptura com o conhecimento científico produzido de maneira burocrática e desvinculado das lutas sociais (MOLINA, 2004).

Esta prática da interinstitucionalidade engendrada pelo PRONERA tem contribuído para um processo de reinvenção da universidade pelos movimentos sociais. O resultado é a construção de uma educação pública de melhor qualidade. A parceria com o MST introduz na universidade a presença da *pedagogia da luta social*. Sendo que a mesma auxilia, dialeticamente, na reprodução dessa pedagogia que tem como princípio a educação dos militantes sem terras a partir da *terra*, do *trabalho* e da *cultura* (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE, 2004). A participação desses novos sujeitos na academia faz com que sejam questionadas as práticas tradicionais e se propõe a constituição de novos saberes mais emancipatórios. No caso da formação dos professores Sem Terra, os mesmos trazem seus saberes construídos na luta pela terra. Assim, “[...] com uma *valorização de seus saberes construídos na luta pela terra*, tensionam-se práticas tradicionais e dilatam-se tempos-espço na perspectiva da *construção de novos saberes* [...]”. (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE, 2004, p. 224, grifo nosso).

Estes tensionamentos fruto da presença dos educandos-assentados da Reforma Agrária e dos militantes dos movimentos sociais nos cursos superiores do PRONERA têm provocado mudanças significativas tanto dentro dos movimentos sociais quanto nas universidades que são parceiras (ANDRADE; DI PIERRO, 2004; MOLINA, 2004). Nas palavras de Roseli Salete Caldart: “Os sujeitos de ambos têm se educado reciprocamente”. (apud MOLINA, 2004, p. 80).

No que concerne aos tensionamentos existentes entre os movimentos sociais e a universidade temos como exemplo o enfrentamentos entre os professores universitários e os educandos no que concerne a matriz curricular. Os movimentos sociais tensionam as universidades para que assimilem uma nova visão do campo e da relação campo-cidade.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

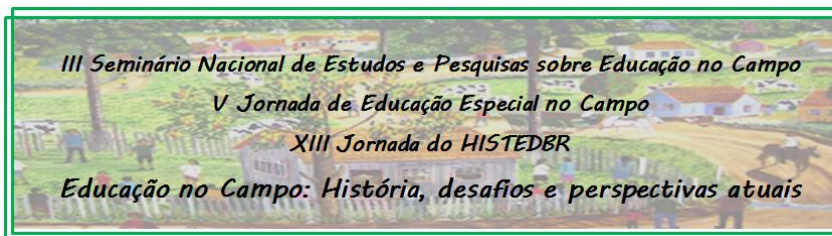


Outro ponto de tensão entre os movimentos sociais e a universidade diz respeito à escolha dos professores para lecionar as disciplinas. As universidades têm seus próprios quadros de professores, mas os movimentos sociais têm, também, seus intelectuais-militantes. Assim, ocorre um tensionamento no momento da seleção do quadro de professores que vão lecionar as disciplinas onde, na maioria das vezes, a composição do quadro de professores ocorre de maneira a mesclar professores da universidade e intelectuais orgânicos dos movimentos sociais¹ (ANDRADE; DI PIERRO, 2004).

Corroborando neste sentido, Maria Isabel Antunes-Rocha *et al.* (2010) afirmam que neste conflito e diálogo entre universidade e movimentos sociais, fruto da participação coletiva do cotidiano pedagógico, temos como resultado a aquisição de conhecimentos que vão capacitar os sujeitos tanto para exercer uma profissão, quanto para sua organização social e participação para intervenção na realidade. Os cursos superiores do PRONERA são espaços de acesso a um capital social para os camponeses-militantes que já participam de experiências associativas em igrejas, sindicatos e movimentos populares que, na maioria das vezes, trazem em sua história biográfica características de liderança, habilidade oral e desenvoltura nos espaços públicos. Os cursos possibilitam o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e articulam aspectos subjetivos, emocionais e afetivos dos sujeitos por meio da criação de novas formas e espaços de socialização/sociabilidades.

Esta prática pedagógica privilegia a construção coletiva, o diálogo como ferramenta de constituição do discurso e das ações, considerando a capacidade que os sujeitos têm para tomar decisões, planejar e orientar suas ações. Nesta experiência, os sujeitos aprendem, incorporam *hábitos e habilidades* do modo de agir coletivo. A participação em assembleias, em reuniões, a participação ativa em sala de aula fazem parte da rotina da vida coletiva. A responsabilidade de gestão, de tomada de decisão e de organização do espaço educacional é compartilhada com os sujeitos-educandos, gerando comportamentos e condutas novos e mais críticos (ANTUNES-ROCHA *et al.*, 2010).

¹ Um exemplo foi à participação de João Pedro Stédile, um dos maiores intelectuais orgânicos do MST e da Via Campesina, no Curso Especial de Graduação em Geografia.



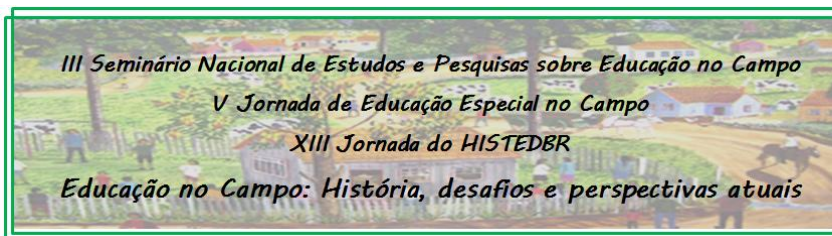
O Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo)

É na perspectiva dos movimentos socioterritoriais camponeses que podemos pensar a lógica que permeou o Curso Especial de Graduação em Geografia para Assentados (CEGeo) na FCT/Unesp de Presidente Prudente - SP (convênio INCRA/PRONERA/ENFF). Este curso teve como metodologia a Pedagogia da Alternância, onde se alterna o Tempo Escola (TE) com o Tempo Comunidade (TC). Nos meses de Janeiro e Fevereiro os educandos ficavam o Tempo Escola na UNESP – Presidente Prudente/SP- e em Julho e Agosto, ficavam o Tempo Escola na Escola Nacional Florestan Fernandes – Guararema/SP.

O curso de Geografia da FCT/UNESP, através da resolução UNESP n. 6/87, oferece duas opções aos estudantes ingressantes: a Licenciatura e o Bacharelado. A licenciatura confere a habilitação para exercer a profissão de professor de Geografia para o ensino fundamental e médio. O registro profissional é obtido por meio do MEC. O bacharelado confere a habilitação ao estudante para exercer a profissão de geógrafo. O registro profissional é obtido junto ao CREA. Com a intenção de relacionar o bacharelado, a licenciatura e a especificidade da Educação do Campo, então, o Curso de Especial de Graduação em Geografia inclui, além da estrutura do Curso Regular, alguns componentes curriculares que se remetem aos objetivos dos cursos superiores do PRONERA, bem como à demanda dos movimentos sociais camponeses. Além, da alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, os componentes curriculares específicos foram: Desenvolvimento Territorial Rural e Alternativas Produtivas para o Campo Brasileiro; Geografia dos Movimentos Sociais; Políticas Públicas e Direito Agrário; Trabalho de Campo: a relação cidade-campo e a processualidade sociocultural (UNESP, 2005).

Os conhecimentos adquiridos no bacharelado e licenciatura objetivaram formar Geógrafos e Professores que auxiliem no desenvolvimento territorial de sua comunidade, formando professores e geógrafos militantes dos movimentos sociais. Seus educandos, em sua maioria, eram/são integrantes dos movimentos camponeses ligados a Via Campesina: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Pastoral da Juventude Rural (PJR). A partir de trabalho de

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



campo na UNESP e na Escola Nacional Florestan Fernandes pudemos enxergar que os estudantes-militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses entendem que o curso de geografia lhes auxiliam em vários aspectos em suas lutas, entre eles, podemos citar: permite visualizar as disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio; qualificar o debate contra o agronegócio; entender as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo; compreender as relações naturais e sociais dos territórios camponeses etc.

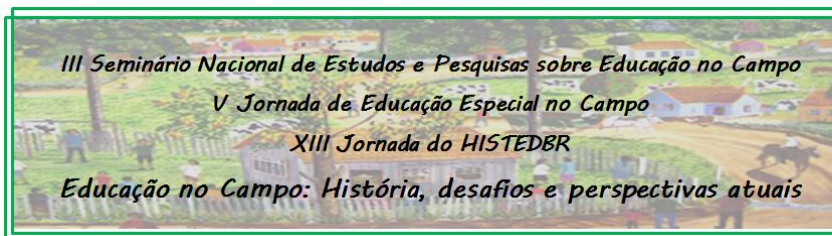
Sendo assim, na perspectiva de entendermos, na prática, como essa relação movimentos sociais/universidade ocorreu no CEGeo, conversamos com a Coordenadora Pedagógica do setor de educação do MST, Mr, que relatou as suas perspectivas acerca do curso, como visualiza a relação dos movimentos sociais com a universidade, seus diálogo/conflitos, troca entre saberes técnicos-científicos/populares e perspectivas futuras. A Coordenadora Pedagógica do CEGeo, que representa os movimentos sociais na Coordenação Político-Pedagógica do Curso, é uma pedagoga que pertence ao setor de educação nacional do MST pelo estado de São Paulo.

[...] a própria presença, vamos dizer assim, dos *movimentos na universidade*, esse era um desafio muito grande que nós não sabíamos no início como lidar [...] e a turma também desempenhou na trajetória do curso um papel importante [...] tentar, vamos dizer assim, fazer esse contato necessário, né, e fundamental, aí com essa *realidade acadêmica*, com os estudantes, enfim, com essa *relação mais interna na universidade*. [...]. (ENFF, Jul. 2011).

Estabelecer a relação entre os movimentos sociais e a universidade é o grande diferencial deste curso com relação aos demais. Trazer a luta política e a organização dos movimentos sociais para dentro da universidade foi um dos objetivos do CEGeo. Em outras palavras:

[...] é um curso diferenciado porque ele traz a experiência da luta política dos movimentos pra dentro da universidade, eu acho que esse talvez é um elemento importante no sentido de que essa dimensão, vamos dizer assim, da luta, da organização política, ela também precisa tá presente na universidade [...]. E essa construção também da universidade, pra nós, em especial, pros movimentos, ela é muito significativa, né, no sentido da gente tentar

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



socializar um pouco, vamos dizer assim, as experiências dos movimentos, assim, com a própria realidade acadêmica, com a universidade [...]. (Mr, ENFF, Jul. 2011).

Do ponto de vista de se pensar mais especificamente como os conhecimentos científicos–geográficos influenciaram/influenciam na qualificação da luta dos movimentos soioterritoriais contra o agronegócio, vamos ouvir o argumento de uma liderança da coordenação nacional MST que, atualmente, atua no setor da frente de massa no estado de Goiás. Ele diz que ajuda na prática do Movimento no sentido de **disputar, conquistar, organizar, controlar e manter os territórios camponeses**. JV, militante do MST, descreve as contribuições do curso para a luta do seu Movimento assim:

O curso vai nos ajudando, dá um conjunto de elementos, de compreensão, de **teoria**, de contato com muita coisa que ajuda a gente **pensar nossa prática**, nossa estratégia, nossa ação. [...] é justamente em construir **estratégia** para avançar, para conquistar novas áreas. O curso nos ajuda trazer elementos, teorias, né, que ajuda a gente explicar, compreender, ter elementos de **qualificar nossa intervenção**, e a nossa elaboração de estratégia de ação. Então, o curso tem sido bastante importante, tem ajudado inclusive nas reflexões, nas elaborações, nos debates, nas proposições, [...] quer dizer, ela ajuda a gente na discussão da **conquista do espaço, na conquista do latifúndio, na disputa do território, e na organização desse espaço**, essa que é a combinação que a Geografia nos dá elementos **pra conquistar e se organizar nesse espaço conquistado**. [...] A grande contribuição desse curso é justamente a gente perceber que é isso, quer dizer, conhecimento geográfico nos ajuda nessa perspectiva de **conquistar e de manter a conquista**. [...]. (ENFF, Jul. 2010).

Por meio dessas narrativas podemos pensar como o PRONERA possibilitou esta abertura de diálogo dos movimentos sociais com a universidade, objetivando a construção da Educação do Campo em nível superior.

Considerações Finais

Esta parceria entre universidades, movimentos sociais e Incra é um modelo de gestão tripartite. Mesmo que a relação entre Estado/Universidade/Movimentos Sociais, que engendra

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



o PRONERA, seja permeada de conflitos, podemos afirmar que o mesmo auxilia como instrumento de resistência da territorialidade não-capitalista camponesa.

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas a partir do PRONERA, como o CEGeo, permite que visualizemos duas características principais: a primeira é o protagonismo dos movimentos sociais na elaboração de uma política pública que visa à construção de uma nova visão sobre o campo; e a segunda é a produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses.

Referências

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. A construção de uma política de educação na reforma agrária. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 19-54.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel *et al*. Formação e trabalho docente na escola do campo: protagonismo e identidades em construção. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 65-73. (Série NEAD Debate, 20).

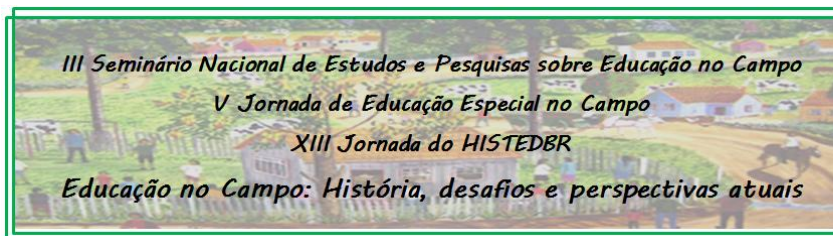
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). **Manual de Operações do Pronera**. Brasília: MDA/INCRA, 2011.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em Disputa na Educação do Campo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago Egídio. A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia: a experiência do MPA em Frederico Westphalen-RS, **Revista Agrária** (São Paulo), 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FOERSTE, Erineu; SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Magit. Professores, sem terra e universidade: qual parceria? In: ANDRADE, Marcia Regina; DI PIERRÔ, Maria Clara; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Pronera e a construção de novas relações entre estado e sociedade. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 89-100.

LISBOA, Teresa K. Referencial teórico. In: _____. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1988.p. 17-37.

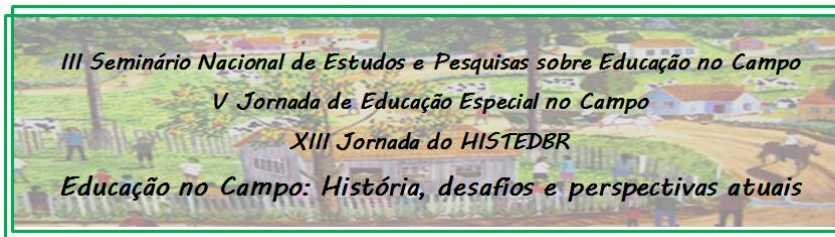
MICHELLOTTI, Fernando *et al.* Educação do campo e desenvolvimento. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 13-25. (Série NEAD Debate, 20).

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

MOLINA, Mônica Castagna. Pronera como construção prática e teórica da educação do campo. In: ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (Orgs.). **A educação na Reforma Agrária em perspectiva**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004. p. 61-85.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo - grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. Buenos Aires: Clacso, 2002.

SOUZA, Maria Antônia de; BELTRAME, Aparecida Branco. Educação do campo, movimentos sociais e políticas públicas. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 84-94. (Série NEAD Debate, 20).

UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. **Curso de geografia**: licenciatura e bacharelado. Projeto Político-Pedagógico. Presidente Prudente, [2005?]. (não publicado).

VIA CAMPESINA. **The international peasant's voice**. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015